

Manifesto da REDEJUVE em defesa da Democracia, da soberania nacional e dos direitos das jovens e dos jovens no Brasil

1. Quem somos e por que nos manifestamos

A Rede de Pesquisa em Juventude no Brasil (RedeJuve) constitui-se a partir do encontro de pesquisadoras e pesquisadores do CP Sociologia da Juventude da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), do GT Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e do GT Infâncias, Adolescências e Juventudes: pesquisas acadêmicas e políticas públicas (ANPOCS). Reunimos pessoas que se dedicam há mais de duas décadas aos estudos das (os) jovens e da juventude. Nossa missão é produzir conhecimento rigoroso sobre as realidades juvenis (educação, trabalho, saúde, cultura, comunicação, participação política, violência e políticas públicas), contribuindo para a construção de uma sociedade que reconheça e garanta os direitos das (os) jovens brasileiras (os).

Falamos como pesquisadoras/es comprometidas/os com a evidência empírica, a análise social crítica e com os direitos humanos. É do lugar da produção científica e do compromisso ético com as juventudes brasileiras que nos posicionamos diante do cenário eleitoral de 2026.

Compreendemos que a disputa eleitoral de 2026 transcende o cálculo partidário e coloca em xeque os pilares da soberania nacional e da ordem constitucional. Não se trata de uma eleição ordinária, mas da própria sobrevivência do regime democrático e da condição do país como nação soberana. Diante desse quadro, manifestamos nosso apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin à Presidência da República.

2. As jovens e os jovens brasileiros: direito à vida com dignidade e alegria

Os dados sobre a situação juvenil no Brasil exigem resposta urgente dos poderes públicos. Segundo o Atlas da Violência 2026 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), o país registrou a perda de 301.825 jovens, entre 15 e 29 anos, assassinados no decênio entre 2014 e 2024; uma escala assustadora de 75 jovens assassinados por dia. Jovens negros seguem sendo as maiores vítimas da violência letal, em um país marcado pelo racismo estrutural. Esses números não são abstratos. Cada jovem assassinado, cada jovem excluído do trabalho e da educação, representa uma vida interrompida e um futuro negado. Os jovens de nosso país não podem ser tratados como problema de segurança pública, mas serem reconhecidos como sujeitos de direitos.

Além da violência letal, grande parte da juventude brasileira convive com múltiplos desafios que dificultam o acesso a direitos trabalhistas, à educação, à cultura e ao lazer. O sofrimento psicossocial de jovens não é um fator individual, mas resultado das condições de vida marcadas pela precariedade e pela escala exaustiva de trabalho. Para as jovens mulheres, os agravos à vida assumem contornos específicos que as políticas públicas ainda não enfrentam com a profundidade necessária. A violência que as atinge não se limita à letalidade: manifesta-se cotidianamente na violência doméstica e familiar, no feminicídio, na violência sexual e no assédio, atingindo de forma mais severa as jovens negras. A elas impõe-se, ainda, a maior sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado não

remunerado, que consome horas que poderiam ser dedicadas ao estudo, ao trabalho, ao lazer e à participação política. É comum que as jovens mulheres sejam invisibilizadas pelas estatísticas que não alcançam a realidade das ocupadas no trabalho doméstico e de cuidado não reconhecidos como trabalho. A maternidade, a ausência de creches em número suficiente e de políticas de saúde integral (incluindo o enfrentamento da violência obstétrica) interrompem trajetórias escolares e profissionais e aprofundam a dependência econômica. Não por acaso, o sofrimento de jovens mulheres, expresso em taxas elevadas de ansiedade, depressão e sofrimento mental, tampouco é um fator individual: resulta da sobreposição de atividades de estudos, trabalho e cuidado, da precarização e da violência de gênero que marcam sua existência cotidiana.

A candidatura Lula-Alckmin demonstra compromisso para seguir atuando para a reversão desse quadro. Além de medidas governamentais estruturantes, tais como o Comitê Interministerial da Política Pública de Juventude (COIJUVE), o Grupo de Trabalho para instituir o Fundo Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude (criados em 2005, no primeiro governo Lula) , o governo federal tem implementado políticas concretas com impacto direto sobre a vida dos jovens. O Programa Pé-de-Meia, instituído pela Lei nº 14.818/2024, já alcançou mais de 5,6 milhões de estudantes, com investimento de R\$ 18,6 bilhões, contribuindo para uma queda de 43% na taxa de abandono escolar no ensino médio em todo o país. A expansão dos Institutos Federais, que já soma 754 *campi* em todo o território nacional, prevê a criação de mais de 100 novos *campi* financiados pelo Novo PAC, com investimento de R\$ 4,3 bilhões e potencial para gerar 155 mil novas vagas em cursos técnicos e superiores. A política de escola em tempo integral, por sua vez, já registra 26,6% das matrículas da rede pública em jornadas de pelo menos sete horas diárias, o maior percentual já registrado, com avanço consistente desde 2021. A Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família, por meio do Plano Nacional de Cuidados, Brasil que Cuida, já implementou mais de 200 cuidotecas em universidades e institutos federais para garantir que mães possam estudar com tranquilidade. É também essa candidatura que defende o fim da escala 6 x 1 sem redução de salários.

Esses avanços são a base sobre a qual se deve construir, não um teto, mas um ponto de partida.

3. Democracia como condição para os direitos das (os) jovens

Não é possível assegurar direitos às jovens e aos jovens sem democracia. Essa afirmação, que pode parecer óbvia, torna-se crucial diante do avanço das forças autoritárias no Brasil e na América Latina. A redemocratização brasileira, consolidada na Constituição Cidadã de 1988, incorporou reivindicações históricas de movimentos populares, mas manteve contradições que permitiram a permanência de elementos antidemocráticos dentro da ordem institucional.

O cenário atual revela o rearranjo das forças autoritárias e a erosão de garantias institucionais, colocando em risco os avanços democráticos e a própria realização das eleições de 2026. A extrema direita não apenas ameaça com retrocessos sociais, mas atua ativamente para inviabilizar a participação política de jovens, criminalizar jovens pobres e movimentos sociais, rejeitar diferenças e silenciar vozes dissidentes.

Esse avanço não é fenômeno alheio às jovens e aos jovens do Brasil, nem se limita às fronteiras nacionais. Ele se projeta sobre todo o continente, com um objetivo declarado de consolidar controle

quase total sobre a América do Sul. E, até aqui, esse avanço tem se valido do próprio processo eleitoral, o que torna a disputa de 2026 ainda mais decisiva. Brasil e Uruguai figuram como duas das últimas democracias do continente ainda não capturadas por esse campo antidemocrático. As jovens e os jovens brasileiros participaram ativamente nas lutas pela redemocratização e em inúmeras mobilizações em defesa da democracia ao longo da história da nação brasileira. Uma democracia que não garante espaço para a juventude é uma democracia incompleta. E uma democracia ameaçada é uma ameaça direta ao futuro de milhões de jovens brasileiros desta e das próximas gerações.

A candidatura Lula-Alckmin representa, nesse contexto, a alternativa que preserva as condições institucionais para que as jovens e os jovens brasileiros possam exercer sua cidadania plena — não apenas votar, mas participar, reivindicar e transformar.

4. Soberania nacional e os riscos à juventude brasileira

A soberania nacional não é um conceito abstrato. Ela se materializa nas políticas públicas que garantem educação, saúde, trabalho e dignidade para a população. Quando a soberania é ameaçada, são os mais vulneráveis, e entre eles, os/as jovens, que sofrem primeiro e mais profundamente.

As eleições de 2026 já se desenham como um laboratório prático de interferência externa, com pressão diplomática e desinformação para perturbar a disputa eleitoral brasileira antes mesmo do primeiro voto ser registrado. Os tarifas impostos à economia brasileira pelos Estados Unidos da América, às vésperas da eleição, ameaças ao sistema bancário e financeiro nacional, e mesmo ameaças veladas de intervenção territorial a pretexto do combate ao narcotráfico, representam outros patamares de agressão à soberania nacional.

A articulação de uma rede que funde alinhamento ideológico transnacional com interesses econômicos predatórios busca converter o território brasileiro em um protetorado sob domínio autoritário da voracidade financeira. Nesse projeto autoritário, a juventude brasileira tem dois papéis designados: mão de obra precarizada e ameaça a ser contida pela violência estatal.

A situação da Venezuela (reduzida à condição de protetorado e exposta à espoliação de suas riquezas) não é um caso isolado, nem será sua única vítima. O Brasil, por sua extensão territorial, por seus estoques de minerais estratégicos, por sua população e por seu desenvolvimento, ocupa posição central nesse tabuleiro. Se o projeto de dominação regional avançar, o país será um dos últimos obstáculos à sua consolidação. É por isso que o futuro imediato do Brasil depende, objetivamente, das próximas eleições presidenciais. E é por isso que a soberania nacional é condição primeira para qualquer política de juventude que se pretenda efetiva.

A candidatura Lula-Alckmin se posiciona na direção oposta. Defende um Brasil soberano, capaz de definir seu próprio projeto de desenvolvimento, com políticas públicas que priorizem a vida, a educação e o trabalho digno para os jovens. Não por acaso, o programa de governo da chapa Lula-Alckmin, situada no campo democrático e progressista, aponta para a ampliação de investimentos em educação, ciência e tecnologia - setores estratégicos para a soberania e para o futuro de nossos jovens.

5. Nosso chamado

Como pesquisadoras e pesquisadores da RedeJuve, dirigimo-nos à comunidade acadêmica, aos movimentos e organizações sociais e de juventude, aos gestores públicos e à sociedade brasileira:

1. À comunidade acadêmica e científica: que se posicione de maneira explícita diante do risco à democracia e à soberania. A ciência não é neutra diante da barbárie.
2. Aos movimentos e organizações de juventude: que busquem se mobilizar duplamente, em defesa de suas pautas específicas em conjunto com a defesa das condições institucionais e democráticas que tornam essas pautas possíveis.
3. Aos gestores públicos: que priorizem políticas de juventude baseadas em dados científicos, com financiamento adequado e participação social efetiva.
4. À sociedade brasileira: que defenda, nas urnas, o projeto que garanta às e aos jovens o direito de sonhar, estudar, trabalhar e viver com dignidade. O avanço da extrema-direita no continente e a posição estratégica do Brasil tornam esta eleição um momento decisivo para o futuro da democracia e da soberania nacional.

A RedeJuve manifesta seu apoio à candidatura Lula-Alckmin por compreender que, no cenário atual, esta é a alternativa que melhor defende os direitos das e dos jovens do Brasil, preserva a democracia e protege a soberania nacional. Não se trata de apoio incondicional a um futuro governo, mas de posicionamento crítico e fundamentado diante de uma escolha histórica.

Que este manifesto sirva não como ponto de chegada, mas como convite ao debate e à ação coletiva em defesa do futuro de jovens brasileiras e brasileiros.

Rede de Pesquisa em Juventude no Brasil (RedeJuve)
Setembro de 2026